

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA
COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA MUNICIPAL - DTP/SMTC
DECISÃO ADMINISTRATIVA

Decisão n° 62/2021 CMRI

Porto Alegre, 30 de novembro de 2021.

Recurso nº: 004578- 21-30

Recorrente: Sigiloso

Órgão Requerido: Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio - SMAP

Relator: Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - Procempa

1. Relatório

1.1 Resumo do pedido original

O(A) Requerente, inicialmente, apresentou pedido de informação relativo ao momento em que iniciaria o trabalho remoto no âmbito da Administração Pública de Porto Alegre (doc. 15969475).

1.2 Razões do órgão/entidade requerida

A SMAP afirmou que o tema estava sendo discutido internamente. Após, noticiou a edição do Decreto n° 21.143/2021 que disciplinou o desempenho de atividades em modalidade de teletrabalho.

1.3 Razões do recorrente

Em sua argumentação, o(a) Requerente questionou os termos do Decreto Municipal que disciplinou o desempenho de atividades em modalidade de teletrabalho.

Nesse contexto, por exemplo, o(a) Requerente questionou: i) “[...] a relação existente entre o decreto de Calamidade e do Decreto do Trabalho Remoto [...]”; ii) afirmou que “[...] em época de pandemia o teletrabalho deveria ser obrigatório as grávidas e as pessoas com comorbidades comprovadas... porque não previu isso o Decreto e acabou deixando nas "mãos" dos Gestores a decisão. Não resguardando direitos desse grupo e deixando ao arbítrio da boa vontade do Gestor [...]” (doc. 15566605).

Após a interposição do recurso administrativo, a SMAP relatou que foram editadas instruções normativas para regulamentar o Decreto nº 21.143/2021.

2. Análise de admissibilidade do recurso

O recurso foi interposto no dia 02 de setembro de 2021, dentro do prazo legal de 10 dias da ciência da resposta encaminhada pela SMAP, o que se deu no dia 01º de setembro de 2021. Dessa forma, é tempestivo e o(a) Requerente é parte legítima para solicitar o reexame da matéria.

3. Análise do mérito

Entendo que o recuso administrativo veicula a discordância do(a) Requerente com os termos da disciplina normativa adotada pela Administração Pública Municipal acerca do trabalho remoto. Na verdade, o requerimento não traz um pedido de informação, de modo que fica inviável o seu atendimento.

O recurso administrativo levanta argumentos relevantes para o debate acerca de alterações na disciplina normativa ora adotada para o trabalho remoto. Traz diversos pontos para serem debatidos, ventila alguns critérios de gestão que podem (ou não) serem incorporados pela Administração Municipal.

No entanto, a discussão acima deve ser realizada em outra esfera. Não foi veiculado um pedido de informação. Foram levantados alguns tópicos que devem ser debatidos no espaço apropriado.

Dessa forma, entendo que o recurso interposto não deve ser provido.

4. Decisão

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, por unanimidade dos presentes, decide por não dar provimento ao recurso interposto.

5. Providências

À Secretaria-Executiva da CMRI para cientificar o(a) Recorrente da presente Decisão, bem como da existência da Ouvidoria-Geral do Município, canal apropriado para o encaminhamento das sugestões.

De acordo:

Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria – **SMTC**

Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio – **SMAP**
Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas

Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio – **SMAP**
Divisão de Gestão Documental

Secretaria Municipal de Governança Local e Coordenação Política - **SMGOV**

Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - **PROCEMPA**

Procuradoria Geral do Município – PGM

Gabinete do Prefeito – GP



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cássia Reda Eloy, Técnico Responsável**, em 30/11/2021, às 15:28, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinicius Andrade da Silveira, Servidor Público**, em 30/11/2021, às 15:28, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Camila Lacerda Couto, Técnico Responsável**, em 30/11/2021, às 15:28, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Decio Schwelm Vidal, Servidor Público**, em 30/11/2021, às 15:28, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiéli Aurelio Irigaray, Técnico Responsável**, em 30/11/2021, às 15:28, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Heleno Baptista Franken, Técnico Responsável**, em 30/11/2021, às 15:28, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antônio Trisch Mendonça, Servidor Público**, em 30/11/2021, às 15:28, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Garcia Brock, Técnico Responsável**, em 30/11/2021, às 15:39, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **16493921** e o código CRC **5061CA03**.